
CONGRESSO BRASIL-PORTUGAL: ANO 2000

Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça¹

Discurso proferido na Sessão de Meio Ambiente e Desenvolvimento -
Rio de Janeiro, 20/09/2000

Meio ambiente é um tema emblematicamente global. Compõe uma agenda contemporânea junto às questões da mundialização dos mercados, da nova economia, da exclusão social e do narcotráfico.

Entre os temas deste Congresso Brasil-Portugal Ano 2000, foi muito adequado tratar as questões do Meio Ambiente e Desenvolvimento aqui, no Rio de Janeiro, cidade de convergências, onde ninguém se sente corpo estranho.

E tratá-lo no único país do mundo que tem o seu nome de certo modo também associado à devastação de florestas

Escrevendo sobre a Eco-92, Josué Montello observa: “*Estávamos a bater no peito, a serviço de mea culpa, sem disso nos darmos conta.*” Segue o mestre Montello, em seu Diário Completo: “*E como, entre os nossos convidados, estavam naturalmente antigos fregueses do pau-brasil, que aqui se abasteciam, também eles, como se vê, teriam culpa no cartório...*”

Tal qual se costuma falar, qualquer semelhança, entre 92 e 2000, é mera coincidência.

Defini-lo, como um tema global, possibilita fazer um percurso histórico-lonquínquo, na medida em que globalizar é parte integrante do instinto e das ambições humanas. Também pode ser num retorno mais próximo, este dos quinhentos anos por exemplo, quando a gente lusitana redesenhou as fronteiras inscritas no mapa-mundi.

Foi por aí, mais especificamente, a cargo dos ventos ou da falta deles, que o grito de “terra à vista” anunciou a boa nova: a nova terra ou a terra de Santa Cruz.

Mas estava escrito: aquele mundo novo nasceria para ser protagonista de nova ordem, cinco séculos depois, uma eco-ordem, tanto que a madeira-de-lei, o Pau Brasil, rebatiza a descoberta, até então, nomeada pelo fervor religioso de uma empreitada militar-estatal sob as bênçãos do “*serviço de Deus*”.

Pois bem, tal qual o poeta Manuel Bandeira, nossos descobridores diante da nudez tropical tiveram, também, seu primeiro alumbramento.

O alumbramento está registrado em Caminha: havia terra fértil e água infindas.

No ato fundador do Brasil, dois olhares conflitavam-se. De um lado, a visão edênica cheia de arrebatamento romântico, proclamando espécie de mito do paraíso perdido. De outro, o olhar cúpido da ambição econômica, vislumbrando um projeto de exploração em nome da grandeza do Reino.

¹ Ministro do TCU e Presidente do Congresso Brasil-Portugal: Ano 2000.

Incursão, ainda que precária, nas letras do período colonial sobre a natureza brasileira aponta para uma interpretação laudatória, acrítica, melancólica e sentimental. É, todavia, com Frei Vicente do Salvador e Ambrósio Fernandes Brandão que surgem as primeiras “Eco-Reflexões”.

A primeira visão de “uso sustentável” dos recursos naturais talvez esteja em José Bonifácio, e a centralidade política do tema no século XIX teve como seguidores os abolicionistas liberais e reformistas Nabuco e Rebouças

Para Nabuco, o diagnóstico ambiental do Brasil era dos mais desalentadores e o vetor da destruição era a escravidão: *“onde ela chega queima as florestas, minera e esgota o solo, e quando levanta suas tendas deixa após si um País devastado em que consegue vegetar uma população miserável de proprietários nômades”*.

É curioso notar que no Projeto Nacional de Nabuco e Rebouças o capitalismo moderno teria como base a eficiência e o uso coerente dos recursos naturais. Para eles, a luta pela natureza se confundia com a luta pela civilização.

Outra voz lúcida que segue a tradição crítica, em plena era do cientificismo, é a de Euclides da Cunha. Segundo ele *“temos sido um agente geológico nefasto, e um elemento de antagonismo terrivelmente bárbaro da própria natureza que nos rodeia (...) não há exemplo mais típico de um progresso às recuadas. Vamos para o futuro sacrificando o futuro, como se andássemos nas vésperas do dilúvio”*.

Por sua vez, Alberto Torres, em *A Organização Nacional*, na Segunda década do século XX, é contundente quanto aos rumos do projeto civilizatório: *“o homem tem sido um destruidor implacável e voraz das riquezas da terra, toda vida histórica da humanidade tem sido uma vida de devastação e esgotamento do solo, de incêndio de tesouros e de florestas, de saque de minérios ao seio da terra, de esterilização da superfície”*.

Não esqueçamos a relevância da contribuição científica de Gilberto Freyre, na sua abrangente renovação interpretativa do Brasil, quando substitue o conceito de raça pelo da cultura e injeta avaliação da idéia de meio geográfico, *“antecipando-se à própria idéia de meio ambiente, uma vez que voltada mais para uma perspectiva ecológica, em detrimento do então dominante determinismo geográfico”*.

Considero o fato de que, sobretudo agora, está em causa não um projeto de desenvolvimento de determinado país, mas um modelo de civilização.

A propósito, é sobre este modelo que a humanidade há que refletir.

A lógica do processo civilizatório está assentada sobre duas falácias: a da infinidade dos recursos naturais e a do crescimento econômico, a qualquer preço, como um bem.

Uma conta simples demonstra que é preciso mudar de rumo: em 95 anos a população do planeta quadruplicou e a economia cresceu quase 40 vezes.

O mundo está mais próximo do congestionamento do espaço do que da amplidão do vazio. O ecossistema é finito e regido por leis naturais inflexíveis.

Chegando à *“esquina civilizatória”* de que fala Christovam Buarque, ou seguimos o mesmo caminho e marchamos inevitavelmente ao sacrifício da própria vida;

ou mudamos o rumo, construindo novo modelo de civilização capaz de assegurar à humanidade um futuro comum.

No princípio, o verbo não fora ouvido; agora, o limiar da catástrofe é, por todos, sentido.

Assiste razão ao Ministro Sarney Filho quando se referiu “à teimosia em querermos evoluir apesar do ambiente. De querermos evoluir na contramão da própria evolução natural da Terra. A atitude inteligente, e já detectada pelos cientistas como parte das estratégias de sobrevivência das espécies, é a co-evolução. É assim que, como parte do sistema e não avesso a ele, precisamos nos portar daqui para diante.”

Acredito nestas avaliações, como que consagradas:

- Existe, hoje, uma nova consciência, a ambiental, a mais subversiva das consciências críticas.

- A base teórica da subversão ambiental, diferente da ideologia revolucionária, não tem dono. É um vasto condomínio doutrinário que está em cada cidadão e no conjunto dos cidadãos. Também, não é uma verdade revelada, traduzida por vulgatas.

- O impacto da subversão ambiental aponta para forte componente político. Esta dimensão tem o pluralismo, na diversidade cultural, na participação democrática e gestonária seus elementos estruturadores. Não está à esquerda, nem à direita do espectro ideológico. Simplesmente, está adiante.

- A dimensão ambiental e seus impactos no campo dos valores configuram um projeto ético ligando homens, nações e gerações sobre o alicerce da solidariedade.

- Ao mesmo tempo e já que estamos num encontro entre duas nações, a questão ambiental fundará um novo padrão de relações internacionais. Não poderá negligenciar a ética da solidariedade pela simples razão de que o desatino de um povo afetará a vida dos seus semelhantes em qualquer quadrante do planeta.

Em outras palavras, surge um novo personagem na política entre as nações: o ecocidadão.

- Se isto é verdadeiro para o tempo presente, a questão ambiental abre os olhos das gerações presentes em relação às gerações futuras. Pois bem, esta ética intergeracional é a base do conceito de sustentabilidade.

Seria imperdoável omitir uma palavra sobre o impacto da questão ambiental na produção de novos saberes, o que Gustavo Krause, admirado homem de pensamento, chamou de “*pororoca epistemológica*”

Uma das regras de ouro da nova racionalidade ambiental é a interdisciplinaridade.

Valores, saberes e métodos atrelados à solução de problemas concretos são as duas pontas ou os dois sentidos do que Thomas Kuhn chama de paradigma. O novo paradigma é o anúncio de nova cultura, a cultura ambiental, a ser internalizada pelo homem, incorporada pela sociedade, na dimensão simbólica e real que, ao configurar nova cosmovisão, sirva como suporte para uma existência com significação. É esta cosmovisão que fecunda e fermenta o chamado “*desenvolvimento sustentável*”.

Acredito que o desenvolvimento sustentável tende a ser caminho que se situe entre o que o socioeconomista Ignacy Sachs chama de “*abordagens reducionistas do ecologismo intransigente e do economicismo estreito e rigoroso*”.

Vale dizer, entre o catastrofismo inevitável dos “*Malthusianos*” e o otimismo ilimitado do “*Cornucopianos*” há longa estrada a ser percorrida pelo engenho e arte humanas na busca de uma escolha que não esteja entre o desenvolvimento e o meio ambiente, mas entre padrões sensíveis ou insensíveis à questão ambiental.

Devo concluir e com dois registros.

Um, diz respeito à recorrente e, muita vez, equivocada avaliação que é feita da questão ambiental tomando-se como marco histórico a Eco-92; o outro, refere-se à inserção da dimensão ambiental dentro das prioridades e estruturas governamentais.

Avaliada a questão ambiental sob a ótica da falta, cairemos inevitavelmente na depressão de um amargo pessimismo; se, todavia, olharmos para os avanços constatados nos últimos cinquenta anos, podemos cultivar um precedente sentimento de esperança.

Houve ampliação da consciência ambiental, hoje transformada em consciência e ação política; houve, por decorrência, aprimoramento educacional das novas gerações.

Quanto aos governos, de modo geral, são iguais no plano da abstração retórica. Todos são a favor da sustentabilidade. Todos reconhecem a centralidade política do tema para a humanidade. Muitos fazem até certo esforço para mudar as coisas. No entanto, a experiência demonstra que a questão não tem sido sempre tratada como prioritária.

Devemos lutar para testemunhar esta transformação e estar alerta para os dois neocolonialismos – o do saber e o do verde. Este último pode dividir o mundo entre os que continuam crescendo e sujando o planeta e os outros que tem que fornecer ar, florestas, biodiversidade, sangue, suor e lágrimas clorofiladas. A esse propósito, convém não esquecer que nenhum povo do mundo, europeu ou americano, que vive a buzinar reparos ao Brasil, reservou – como fizemos – 6% do território para reservas indígenas. Isto para não falar de outros trunfos.

“*O Brasil*” disse-o bem Viriato Soromenho-Marques “*continua a possuir no seu corpo geográfico e simbólico alguns dos ícones fundamentais da nossa angústia mas também da nossa esperança.*”

Senhores e Senhoras Congressistas: dou-lhes as boas vindas

Manifesto gratidão ao eminente homem público, que é o meu homólogo português, Ernâni Lopes. Nem lhe digo bem-vindo pois cá também é terreiro seu. Lá é o Terreiro do Paço, aqui é seu o Terreiro da Praia.

Aos Coordenadores Maurício Andrés Ribeiro e Carlos Borrego um vivo agradecimento por oferecerem aos nossos trabalhos não só ciência mas paciência. Aos palestrantes digo a mesma coisa

Uma palavra de categórico agradecimento à competente diretora do Museu da República Anelise Pacheco. Bem assim ao Ministro Carlos Melles por essa sabedoria, da tradição mineira, com que põe suas impressões digitais no setor público que o governo lhe confiou

E a todos ofereço versos do poeta Da Costa e Silva, a respeito de uma derrubada de árvores, quando a natureza bradou:

“Pã, nosso Deus, é morto”

E segue o poema:

*“Cai a chuva fecundante
E a terra adusta, calcinada,
Torna-se, por encanto, verdejante:
Os troncos brotam, reverdecem; tudo
Germina em festões verdes e esperança,
Como para mostrar ao homem bárbaro e rudo
Em cada broto, em cada folha, em cada franja,
Que, como Deus, ressurge a floresta sagrada!
É o protesto da Vida renovada
Contra a derrubada”*